Proteção Civil justifica valores da área ardida com severidade meteorológica

29 de Novembro, 2016

O comandante nacional operacional da Proteção Civil justificou hoje os valores da área ardida deste ano com a severidade meteorológica, mas lembrou que 2003 e 2005 tiveram as mesmas características e os prejuízos na floresta foram muito maiores. Como explicação para esta situação, José Manuel Moura apontou a evolução “muito significativa” do dispositivo de combate a incêndios florestais.

Numa conferência de imprensa onde foi feito um balanço operacional dos incêndios que deflagraram em 2016, o comandante nacional operacional afirmou que a severidade meteorológica atingiu este ano o segundo valor mais elevado deste século e que este foi o segundo verão mais quente desde 1931. José Manuel Moura adiantou que “a severidade meteorológica compromete naturalmente qualquer ano”, mas que em 2003 e 2005, anos com condições semelhantes, “a área ardida foi três vezes superior”, indica a Lusa.

“Portanto, quase que me apetecia responder que, com esta severidade meteorológica, só ardeu 150 mil hectares e metade foi em mato, o que não constitui um prejuízo tão significativo”, sustentou, destacando que há “um caminho percorrido na forma como o dispositivo responde”.

Segundo o comandante nacional operacional, o dispositivo terrestre respondeu a todas as solicitações durante a última época de fogos, tendo sido necessário reforçar os meios aéreos em agosto através da ajuda de diferentes países. “Um ano com esta severidade, o combate foi exposto a uma luta muito desigual, com um inimigo que só ataca, que não defende, e chegamos com este resultado, que para nós é muito positivo”, sublinhou.

Nesse sentido, José Manuel Moura considerou que, no futuro, o reforço não deve passar tanto pelo combate, mas sim pela prevenção. O comandante destacou igualmente o facto de este ano não se ter registado qualquer vítima mortal entre os combatentes.

Questionado sobre o inquérito que o Governo pediu à Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) sobre o incêndio de São Pedro do Sul, José Manuel Moura respondeu que o processo ainda está a decorrer.

Segundo os dados hoje apresentados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a área ardida este ano quase que triplicou em relação a 2015, tendo os fogos consumido um total de 152.251 hectares. Já o número de incêndios diminuiu este ano cerca de 16% em relação a 2015, tendo deflagrado 13.137 fogos. A área ardida este ano é a maior da última década, mas com valores inferiores aos registados em 2003 e 2005, enquanto as ocorrências de fogo têm registado

uma tendência de descida.

José Manuel Moura justificou a diminuição este ano do número de fogos com a “ausência de incêndios na primavera”. Os grandes incêndios ocorreram sobretudo nos dias 6, 7 e 8 de agosto, sendo também os fogos que deflagraram nesta altura que contribuíram para uma parte da área ardida.

Na conferência de imprensa, que decorreu na ANPC, Rui Oliveira, do ICNF, foi também questionado sobre a ausência de dados da Madeira na apresentação do balanço nacional. “Temos competência no que diz respeito à Madeira. Temos ligações regulares com representantes do governo regional da Madeira que têm essa responsabilidade. Regularmente temos transferência de informação. Foi uma questão de opção não incluir os dados da Madeira nesta apresentação”, justificou.

Rui Almeida disse ainda que, no que diz à área florestal, têm vindo a ser feitos levantamentos específicos sobre as questões dos prejuízos, existindo já um conjunto de vários relatórios sobre os incêndios de grande dimensão.